




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Encontro de Comunidades e Observatório de Remoções: experimentações de uma práxis educativa em Fortaleza

Communities meetings and the observatory of
evictions: experiences of educational praxis in
urban planning in Fortaleza

*Valéria Pinheiro, LEHAB- UFC,
pacienciaevolucionário@gmail.com.*

Lucas Galignac Lessa, DAU-UFC, lucaslessa92@gmail.com.

*Francisco Fábio Montenegro Veras, DAU-UFC,
fcofabiomontenegro@gmail.com.*

RESUMO

Em uma cidade que apresenta grandes disparidades sociais, o Laboratório de Estudos em Habitação desenvolve suas pesquisas no sentido de, dentre outras dimensões, entender como atuam os diferentes agentes produtores do espaço urbano. Através da participação em espaços que discutem o planejamento da cidade, como conselhos e audiências, e a atuação em redes de movimentos sociais, é possível verificar como o poder público tem desconsiderado as diretrizes de gestão democrática das cidades, priorizando os interesses do mercado imobiliário em detrimento de medidas que beneficiem as comunidades e os assentamentos precários. O LEHAB percebe então a importância da Universidade atuar no fortalecimento de articulações para defesa do direito à cidade que possam combater as ações autoritárias do Poder Público e debater sobre um novo modelo de desenvolvimento urbano. Então, considerando a experiência em pesquisas *advocacy*, as ações de extensão encontram-se diretamente conectadas com o cotidiano de pesquisa. Esse artigo traz a experiência do Encontro de Comunidades, como uma atividade de mão dupla, onde foram intercambiadas informações importantes para as redes de resistência e ao mesmo tempo produzida uma cartografia social que confirma a falta de intersecção dos processos de planejamento urbano. Nesse contexto de acirramento das contradições urbanas, o aumento dos casos de remoções forçadas tem chamado a atenção. Por isso, apresentamos neste artigo também o processo de construção do Observatório de Remoções de Fortaleza e seus resultados preliminares como método de sistematização de dados para análise e intervenção da Universidade junto aos movimentos e outros agentes.

Palavras Chave: Planejamento Urbano; extensão universitária; Advocacy

ABSTRACT/RESUMEN

In a city that presents huge social disparities, the Laboratory of Studies in Housing develops researches aiming to understand how the different actors of the city's production work. Through the participation in spaces that treat about the city's planning, like councils and public audiences, and in social movements networks, it is possible to verify how the public power has been ignoring the possibilities to a democratic management of the city, prioritizing the interests of the real estate market rather than promoting actions to benefit the communities and precarious settlements. The LEHAB realized the importance of the University to empower those networks that defend the right to the city to fight against the authoritarian measures of the Government and to debate about a new model of urban development. Therefore, considering the experience as an advocacy research, the outreach actions in the research's daily routine. This article brings the experience of the Communities Meeting, which aimed not only disseminate important information to the resistance networks and so create a social cartography which confirms the lack of dialog in the urban planning processes. In the context of urban contradictions, the increase in the number of cases of communities' removal has been calling attention. That's why this article also presents the construction process of the Removals Observatory of Fortaleza and their early results, working as a database systematization methodology and an action of the University with the social movements and other actors.

Keywords/Palabras Clave: Urban Planning; University outreach; Advocacy.

INTRODUÇÃO

A cidade de Fortaleza é profundamente marcada por suas desigualdades socioterritoriais. Aqui convivem situações de moradia as mais díspares possíveis, entre comunidades sem banheiros em algumas casas (Cacimba dos Pombos) e condomínios com oito vagas na garagem para cada apartamento (Meireles), a uma distância de menos de 10 km um do outro, porém ambas à beira-mar. O déficit habitacional registrado pela Fundação João Pinheiro em 2010 é de 95 mil moradias e mais de cem mil famílias estão cadastradas na Secretaria de Habitação aguardando algum sorteio pelo Programa Minha Casa Minha Vida. As gestões se sucedem e nenhuma política habitacional efetiva é implementada.

Observando o cenário das políticas urbanas em Fortaleza, os últimos grandes investimentos ocorreram sob a justificativa da preparação da cidade para a Copa de 2014, e tiveram impacto zero na redução das disparidades. De certa forma, inclusive, contribuíram para o seu aumento, dada a supervalorização dos imóveis, bem como as centenas de remoções ocasionadas, principalmente com o projeto do VLT. A tendência de promover o desenvolvimento através de grandes obras permanece, optando a gestão por implementar projetos nas áreas em que o capital imobiliário indica preferência.

Esta estratégia, obviamente, não é explícita. Mas ao observar os diversos processos de planejamento em curso na cidade, se consegue vislumbrar o grande poder do setor imobiliário na pressão por obras públicas e (des)regulamentações, bem como a desconsideração total por parte da gestão municipal de qualquer controle social das políticas urbanas.

Temos atualmente duas secretarias conduzindo processos que dizem respeito ao planejamento urbano. O Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) decidiu pela elaboração de um plano denominado Fortaleza 2040 que, através de uma consultoria contratada e alguns momentos de participação da sociedade civil, objetivou traçar diretrizes e ações para o desenvolvimento da cidade nos próximos 25 anos. Esta mesma Secretaria coordena o processo de regulamentação das ZEIS – previstas no Plano Diretor desde 2009 e nunca implementadas – através da constituição de um Comitê e posteriormente de uma Comissão, atualmente em funcionamento. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) conduz a regulamentação de alguns instrumentos do Plano Diretor de interesse do capital imobiliário, coordena a Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor que tem servido basicamente para aprovação de projetos particulares irregulares segundo o Plano Diretor – denominados como projetos especiais, e mais recentemente, decidiu pela revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, projeto este enviado à Câmara de Vereadores que, dentre várias irregularidades, promove o zoneamento de 12% do território da cidade através das Zonas especiais de dinamização urbanística e socioeconômica (ZEDUS), que dinamizam o mercado imobiliário dando-lhe ainda mais permissividade para construções, sem justificado retorno para o interesse público. É também nesta Secretaria onde são negociadas e encaminhadas as Operações Urbanas Consorciadas e as outorgas onerosas do direito de construir e de alterar o uso do solo.

Por fora disto, temos ainda a Secretaria de Habitação que tem como principal responsabilidade o cadastramento de milhares de famílias para o MCMV, promovendo escassos processos de construção de casas e melhorias habitacionais esparsas. Tudo isso revelando a total dissociação entre as políticas urbana e habitacional.

Olhando na perspectiva da sociedade civil organizada, temos observado, há alguns anos uma certa reorganização dos movimentos populares urbanos. Os tradicionais movimentos de moradia não atualizaram suas agendas e encontram-se fragilizados e com pouca base social organizada. Os movimentos comunitários que surgiram nas articulações contra as remoções da Copa do Mundo, apesar da importante resistência que empreenderam, passado o megaevento, ou pulverizam-se – pela completa ou parcial remoção de suas comunidades – ou agregam-se a novas redes, como a Frente de Luta por Moradia.

“Nesta tendência dos movimentos sociais contemporâneos de tentar construir uma concepção alternativa de se viver, diferentemente daquela das sociedades industriais modernas, responsáveis por crises em vários níveis (...) é que se encontra a possibilidade de união de atores aparentemente plurais e da formação de redes de movimentos” (SCHERER-WARREN, 2014, p.118)

As novidades em termos de ativismos que presenciamos pelo Brasil repercutem em Fortaleza e ocasionam ocupações nas Escolas Públicas e em equipamentos culturais (Ocupa Minc, Ocupa SecultFor). A pressão pela democratização dos espaços públicos se fortalece a cada semana com a ocupação de praças da periferia com festas auto-organizadas e que, por vezes, têm sofrido dura repressão por parte das forças policiais. A pauta do Direito à Cidade sinaliza uma possibilidade de aproximação entre estes diversos agentes militantes.

Nesta conjuntura esboçada acima, entidades de assessoria técnica aos movimentos, antes muito representadas pelas ONGs, encontram nas Universidades uma certa continuidade. E é das experimentações de uma pesquisa advocacy desenvolvida pelo Laboratório de Estudos em Habitação (LEHAB UFC) que trata este artigo. Neste, buscamos apresentar os desdobramentos junto à movimentos e comunidades do processo de pesquisa que acontece no LEHAB desde 2013 - quando ele é criado.

Os desafios que se colocam aos movimentos e para aqueles que os analisam são enormes. Deve-se considerar suas metodologias de trabalho (estratégias, linhas de ação, intervenção, organização e meios e formas de comunicação) e a cultura política que os articulam (valores, princípios, e práticas políticas); em suma avaliar como constroem suas produções identitárias” (GOHN, 2005, p.112)

Inicialmente o Laboratório desenvolve uma pesquisa sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, quando obteve uma apreensão de caráter mais científico, de coleta de dados, na perspectiva de compreender a cidade a partir de uma grande política pública habitacional, bem como conhecer os seus arranjos institucionais e o impacto na vida dos beneficiários. A partir desta, com o apoio da Fundação Ford e CNPq, iniciou uma pesquisa advocacy em março de 2014, cujas atividades de extensão registramos em dois tópicos do desenvolvimento: a experiência do Encontro de Comunidades e a construção da proposta do Observatório de Remoções.

Por fim, o presente artigo registra as reflexões dos pesquisadores e pesquisadoras do LEHAB no desenvolvimento de ações de extensão que buscam exercitar uma práxis que reafirma o sentido da Universidade Pública no apoio à emancipação de sujeitos coletivos de direitos, a partir do reconhecimento da existência de saberes diversos e que o nosso conhecimento técnico enquanto planejadores urbanos pode estar à serviço da busca por maior justiça socioterritorial na cidade.

A PESQUISA ADVOCACY DO LEHAB E SUAS AÇÕES DE EXTENSÃO

O Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB UFC) surgiu em 2013 com o desenvolvimento da pesquisa Análise do Programa Minha Casa Minha Vida na RMF - desenvolvimento institucional, inserção urbana, projetos e impactos socioeconômicos, finalizada em março de 2015. Seus pesquisadores componentes já vinham de percursos em redes como Observatório das Metrôpoles, por meio do qual participaram da Pesquisa Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Assim, a análise das dinâmicas urbanas da Região Metropolitana de Fortaleza está no cotidiano do trabalho dos componentes do LEHAB há alguns anos.

Em abril de 2016, iniciou-se a pesquisa advocacy “Estratégias e instrumentos de planejamento e regulação urbanística voltados à implementação do direito à moradia e à cidade no Brasil – avanços e bloqueios”, com o apoio da Fundação Ford e CNPq, e realizada em rede com equipes da UFRJ (Observatório das Metrôpoles) e USP (Labcidade). Por meio desta, foi escolhida uma política urbana, no caso a dissociação das políticas urbanas e habitacional; e dois grandes projetos urbanos, o VLT com reassentamento periférico no Residencial Cidade Jardim e Projeto Aldeia da Praia com reassentamento nas proximidades no Residencial Alto da Paz.

Sendo uma pesquisa advocacy, as estratégias de comunicação e de articulação com movimentos sociais mostravam-se importantes desde o princípio. Assim, para contemplar o primeiro item, foi feita uma parceria com o Coletivo Nigéria para produção de materiais como site, releases, página no Facebook, web serie[1]¹, etc. Para a segunda estratégia, o LEHAB passa a compor a Frente de Luta por Moradia, um coletivo composto por comunidades e outras entidades de assessoria comunitária, formado a partir, principalmente, da dissolução do Comitê Popular da Copa e de um incipiente Fórum das Ocupações.

O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir de três eixos temáticos: Projetos sobre Processos, Atuação dos Movimentos Sociais Urbanos e Segregação e Grandes conjuntos habitacionais. A análise de cada estudo de caso – VLT, Aldeia da Praia e Cidade Jardim – foi desenvolvida a partir destes três eixos.

No decorrer dos dois anos da pesquisa, algumas dimensões tomaram maior corpo e exigiram do LEHAB adequações de tempo e de profundidade na atuação. Outras, como o Aldeia da praia, tiveram seus processos suspensos por parte da Prefeitura, então estudou-se apenas a partir das informações contidas nos seus projetos.

Essa readequação só foi possível porque o perfil da pesquisa previa essa dinamicidade, permitindo que atendêssemos ao que nos parecesse prioridade no momento, sem perder de vista seus objetivos maiores, quais sejam: “conduzir uma pesquisa *advocacy* para monitorar e influenciar a implementação de políticas, projetos e programas estabelecidos pelas municipalidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza, desenhados para fazer cumprir os instrumentos do Estatuto da Cidade abordando o cumprimento da função social da propriedade, a inclusão socioterritorial da população de baixa renda, ampliação do acesso e permanência à moradia, ao solo e aos serviços urbanos.”

O acompanhamento dos processos de planejamento em curso na cidade é algo que foi adquirindo maior relevância no decorrer dos anos. Nesse interim, nos envolvemos no núcleo gestor da

¹ Foram produzidos seis episódios da web série Cartas Urbanas, disponíveis em <https://vimeo.com/album/3893619>

preparação da Conferência de Habitação e da Conferência Municipal das Cidades; concorremos e fomos eleitos para o Conselho Municipal de Habitação Popular enquanto segmento acadêmico; passamos a representar a UFC na Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor; fomos convidados a compor o Comitê Interdisciplinar e Comunitário das ZEIS (e posteriormente a Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das ZEIS) e participamos de um GT que objetivava avançar na questão do VLT junto ao Governo do Estado.

Também no decurso de tempo desta pesquisa, a prefeitura de Fortaleza inicia a elaboração do Fortaleza 2040, da revisão da LUOS, promove a regulamentação de alguns instrumentos do Plano Diretor, encaminha a execução de Operações Urbanas Consorciadas.

Todas essas atividades, acompanhadas em maior ou menor grau pelo LEHAB, tem suas especificidades quanto à dimensão de sua intervenção, à legalidade e transparência dos seus processos, que órgão da prefeitura envolve, a que agentes da sociedade civil se interessam em participar.

A atuação do LEHAB nestes espaços serve à observação, ao acesso à informações e à coleta de dados, bem como cumpre o objetivo de intervenção na realidade, denúncia e proposição de alternativas. A prática da pesquisa se dá, essencialmente, em diálogo horizontal com os movimentos e comunidades com os quais temos contato, construindo ações de caráter extensionista cotidianamente. Da mesma forma contribui com a imersão na realidade local, trazendo para o atelier de ensino de projetos urbanísticos e de planejamento urbano, situações do dia a dia da cidade, onde os conflitos urbanos e as disputas territoriais são revelados.

O acirramento das desigualdades socioterritoriais e dos conflitos, a falta de políticas urbanas efetivas que respondam a isso, a desagregação das comunidades e dos movimentos, e a escassez de entidades técnicas (como ONGs, outros pesquisadores/professores, entidades profissionais...) que dessem conta de assessorar as demandas populares e traduzirem-nas tecnicamente, levou o LEHAB a construir uma proposta de atividade numa tentativa de articular os diversos agentes e assuntos, aparentemente desconexos, num momento de diálogo e construção em maior dimensão do que as que vínhamos realizando. Assim nasceu o Encontro de Comunidades pelo Direito à Moradia.

O ENCONTRO DE COMUNIDADES PELO DIREITO À MORADIA

Para romper com a representação ideológica e hegemônica da cidade construída pelos interesses da extração exagerada da renda imobiliária e da segregação distinguidora, é preciso construir a consciência da cidade real, com suas deficiências e injustiças. (...) A desconstrução das representações dominantes deve dar lugar a uma nova simbologia. Indicadores sociais com a condição habitacional, o acesso ao saneamento e ao transporte, a evolução das matrículas nas escolas, o número de leitos *per capita* nos hospitais, a mortalidade infantil, o número de homicídios, a longevidade, etc, constituem parâmetros para avaliação de políticas públicas e gestões governamentais ao lado dos indefectíveis indicadores econômicos, cujo prestígio é evidenciado pelo quanto a mídia nacional e internacional deles se ocupam. A universidade tem aí importante papel a cumprir ao lançar luzes sobre a dimensão oculta e ilegal dos espaços urbanos a partir da leitura científica. (MARICATO, 2015, p.92)

Dentro desse eixo de ações da pesquisa realizada no Lehab, tendo em vista um contexto de fragmentação dos movimentos sociais e as ações do poder público que cada vez mais se alinham

aos interesses do mercado imobiliário, verificou-se a necessidade de realizar um momento unificado com diversos movimentos e comunidades, na perspectiva da disseminação de informações e promoção de articulação entre as diversas lutas.

Assim surge o Encontro de Comunidades, uma atividade inspirada na experiência da Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular da ONG CEARAH Periferia, que funcionou entre 1998 a 2010, e realizava capacitações em massa e cursos para atualizar as lideranças comunitárias que tinham concluído o curso da Escola antes da promulgação do Estatuto das Cidades, como para capacitar comunidades e movimentos durante o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Fortaleza de 2009.

Além dos membros do Lehab esse encontro também foi construído com apoio de outros parceiros, como professores universitários, pesquisadores acadêmicos e estudantes envolvidos com o ensino, pesquisa e extensão sobre diversas questões urbanas.

Realizar um novo encontro naquele momento seria muito importante para fortalecer as articulações locais e também para levantar dados para as pesquisas do laboratório, por isso o evento pretendia promover a elaboração de uma cartografia de Fortaleza sobre o ponto de vista das comunidades; promover a integração entre diferentes movimentos sociais urbanos e apoiadores que atuam em processos de planejamento insurgentes; pensar em estratégias coletivas para agir contra o modelo de cidade imposto pelas autoridades locais; e principalmente capacitar e dividir informações considerando o contexto dos processos de planejamento urbano local e as intervenções governamentais, considerando ainda que se aproximava a data para a Conferência Municipal de Habitação, quando seria eleito o Conselho Municipal de Habitação Popular.

A metodologia para o primeiro Encontro de comunidades, que aconteceu no dia 3 de outubro de 2015, foi pensada a partir do pressuposto da necessidade de articulação dos diversos saberes, popular e técnico.

O encontro teve na sua abertura um painel com o tema Política Urbana e Habitacional e o Plano Diretor, durante o qual o professor que coordena o laboratório apresentou o panorama dessas políticas públicas em Fortaleza, bem como destacou os temas que atualmente estão em pauta e que influenciam diretamente no acesso ao direito à cidade da população mais vulnerável. Em seguida representantes do Movimentos dos Conselhos Populares (MCP) e do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) foram convidados a abordar a conjuntura atual dos movimentos sociais urbanos, quais são suas pautas, estratégias e seus principais desafios.

Após o almoço, os participantes foram divididos em 5 grupos de trabalho (GTs) previamente definidos, de acordo com seu local de moradia. A cidade foi dividida nos seguintes territórios, levando em consideração os principais conflitos de cada região: GT1 LITORAL – Fragilidade ambiental e Pressões das obras de urbanização e Operações Urbanas consorciadas versus o direito de permanecer no local original da moradia; GT2 CENTRO EXPANDIDO – Pressões do mercado imobiliário consolidado e de obras de mobilidade urbana recentes na cidade; GT3: MARANGUAPINHO - Carência de infraestrutura, remoções, reassentamentos periféricos e Projeto Maranguapinho; GT4: EXPANSÃO SUL - Pressões do setor imobiliário nos grandes vazios, irregularidades fundiárias e Cidade Jardim; GT5: EXPANSÃO SUDESTE – Especulação imobiliária, pressões do setor imobiliário de alto padrão e fragilidade ambiental.

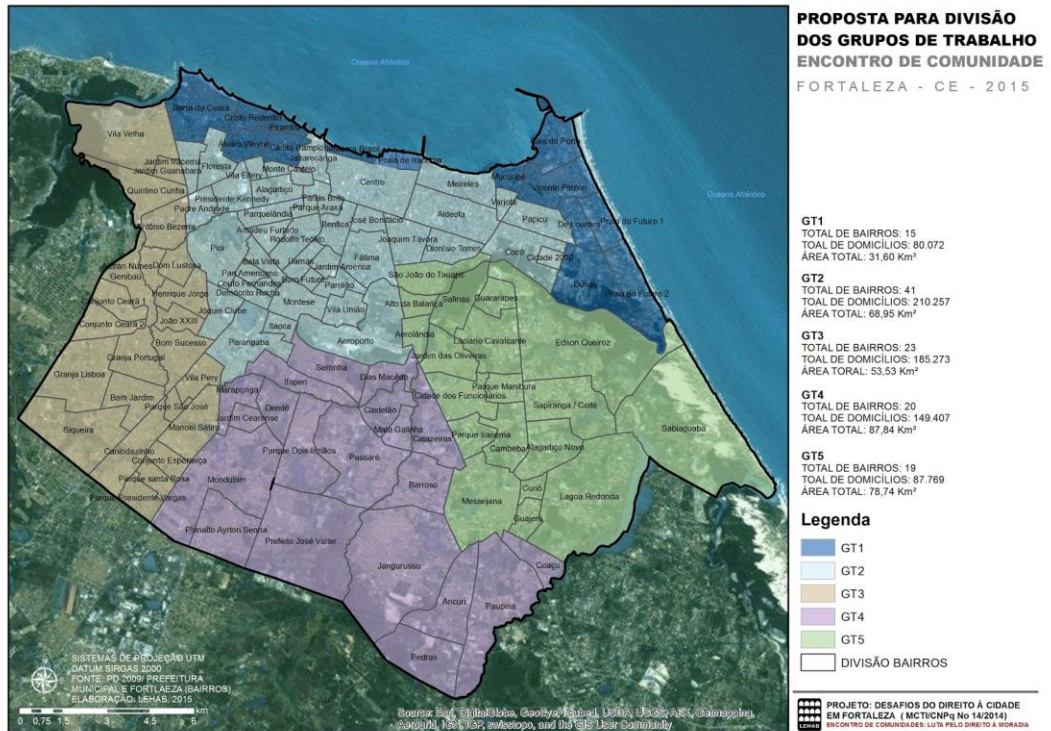


Figura 1 Divisão dos Grupos de Trabalhos do 1º Encontro de Comunidades. (fonte: produzido pelo LEHAB, 2015)

Também foi definida uma equipe responsável por cada grupo de trabalho, que deveria contar com pelo menos: um facilitador coordenador, para conduzir o processo, esclarecendo as dinâmicas e fazendo falas informativas sobre cada tema; um relator para registrar as discussões e encaminhamentos e formalizar em um relatório; um facilitador auxiliador, para apoiar o coordenador e o relator e para sistematizar e preencher as tabelas e os mapas; e um/a especialista convidado/a que têm estudos ou trabalhos relevantes sobre o território em questão, para contribuir tecnicamente e teoricamente com o debate.

O turno da tarde foi dividido em 5 momentos. A rodada de apresentação dos/as participantes de cada grupo se deu com a ida de cada um deles/as a um mapa afixado na parede, marcando o local de moradia e o local de atuação dos movimentos dos quais faziam parte. Assim, pudemos visibilizar a diversidade territorial presente e também tentar suprir algumas lacunas de áreas da cidade não representadas ali na turma. Em seguida, foi apresentado o zoneamento urbano delimitado no Plano Diretor, a fim de que eles tivessem um contato preliminar com as definições urbanísticas da lei municipal de desenvolvimento urbano para sua região.

O segundo momento objetivava tratar de precariedade habitacional e carência de infraestrutura. Assim, os participantes identificaram em outro mapa com tarjetas de cores diferentes onde eles achavam que se morava bem e onde eles achavam que se morava mal no território delimitado pelo seu GT. Após termos a informação espacializada, se dialogou sobre os componentes de uma moradia digna a partir de suas percepções e das previsões legais, diálogo este acrescido de dados do Plano Local para Habitação de interesse social (PLHIS) de Fortaleza, que foi feito pela Prefeitura em 2012.

O terceiro momento tratou das ações do poder público naqueles territórios. Foi pedido para que os/as participantes identificassem em outro mapa obras realizadas ou que estão previstas pelo Estado/Prefeitura marcando tarjetas que se diferenciavam de acordo com o objetivo da obra, como saneamento básico, obras viárias, equipamentos públicos de saúde, educação. Outra informação solicitada deles e delas é que indicassem no mapa se aquelas obras provocavam remoções, ou se eles tinham conhecimento de outras ações de despejo naquele território.

O objetivo da quarta etapa desta tarde foi visibilizar alguns agentes ocultos na cidade, que guardam total relação com a dificuldade de acesso à moradia: as construtoras, incorporadoras e as grandes famílias detentoras de terra. Foram mapeados grandes terrenos vazios e nomeados os grandes proprietários de terra de Fortaleza. Interessante foi perceber a repetição de vários destes nomes nos 5 GTS, demonstrando assim a capilaridade da dominação destes clãs na concentração de terras da cidade.

O quinto e último momento foi reservado para uma conclusão desse turno, quando foi feita uma revisão dos mapas, e em uma parede foi posto de um lado “a Fortaleza que temos” usando as tarjetas com os problemas que identificamos ao longo da dinâmica e de outro lado foi construída em conjunto “a Fortaleza que queremos”. Finalmente foi debatido a diferença entre os problemas “individuais” e os “coletivos” tentando ressaltar as suas relações e como questões coletivas influenciam nas individuais. Em seguida foi pedido para que os participantes escrevessem ao longo desses caminhos entre as duas “Fortaleza” que ações nós como sociedade civil podemos realizar, tentando também levantar a participação em audiências públicas, conselhos populares e o fortalecimento da luta dos próprios movimentos, como ocupações de prédios e terrenos sem função social da propriedade e as pequenas articulações dentro de cada bairro.

Após a realização do primeiro Encontro, o LEHAB e seus parceiros envolvidos no mesmo, promoveram uma reunião de avaliação, a sistematização das informações e o georreferenciamento dos mapas para que em um outro momento pudesse ser dado um retorno sobre os dados levantados às comunidades. Esse levantamento revelou alguns dados importantes como:

O primeiro Encontro de Comunidades pelo Direito à Moradia contou com a participação de cerca de 150 pessoas, entre estudantes, técnicos, e comunidades, com representações de 8 instituições de ensino superior e mais de 30 entidades, entre movimentos sociais urbanos, associações de moradores, movimentos ambientalistas e ONGs de defesa dos direitos humanos.

Houve um pequeno desequilíbrio na divisão dos grupos de trabalhos, já que o GT 5, o menor deles, contou com apenas 14 pessoas. Isso pode ter se dado tanto por uma desarticulação dessa região já que é muito espalhada, mas também pode ter sido o fato da falta de contato do laboratório com moradores/movimentos dessa área, já que os objetos de pesquisa concentrados mais em outra região. Mas no geral o encontro contou a representação de pessoas de 39 dos 118 bairros de Fortaleza.

Apesar de terem sido construídos separados, ao se analisar o mapa sistematizado dos 5 GTs dos pontos onde se “mora bem” e onde se “mora mal”, pode-se perceber que existe uma concentração de bons locais de moradias nas áreas mais centrais enquanto nas periféricas predomina a má qualidade. Quanto às razões apontadas pelos moradores para suas marcações, em todos os GTs, as questões coletivas, como a falta de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e lazer predominaram sobre os individuais, mas a questão mais frequente em todos os grupos foi a associação da violência com a má qualidade da moradia. Importante ressaltar que mesmo em regiões periféricas e de precariedade habitacional, coexistem pontos de má e de boa

qualidade, revelando uma associação de outros valores para além de problemas de estrutura da casa, como convivência comunitária e localizações privilegiadas.

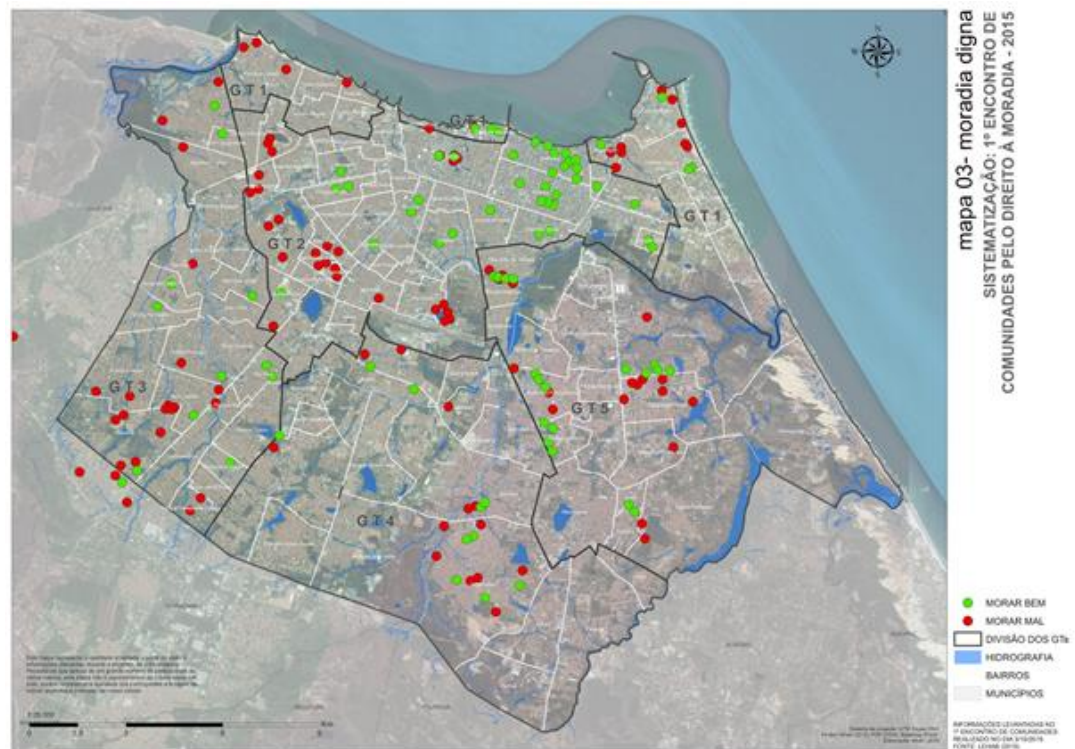


Figura 2 Mapeamento sobre moradia digna construído no Encontro. (fonte: produzido pelo LEHAB, 2015).

Ao analisar o momento sobre as ações do poder público, foi perceptível a execução de grandes obras em regiões já bem infraestruturadas e que muitas vezes causam remoções. Os participantes fizeram relações entre essas intervenções e o beneficiamento da especulação imobiliária e houve falas dizendo que nenhuma obra interfere na moradia de “quem tem dinheiro”, mas que as comunidades mais precárias estão em constante luta para não serem removidas por obras do poder público, que apareceu como o grande responsável por remoções. Ainda se verifica que nas intervenções mais periféricas predominam equipamentos públicos de pequeno porte, como postos de saúde ou escolas, e a construção dos grandes conjuntos habitacionais, os quais estão quase em sua totalidade em bairros afastados do Centro, na borda sul da cidade.

O momento sobre o mercado imobiliário também trouxe resultados importantes. Em todos os grupos de trabalho, os participantes se mostraram muito surpresos quando souberam da existência e visibilizaram o mapeamento das ZEIS de vazio e dos vazios urbanos do PLHIS. Muitos levantaram questões como: como há tanta gente sem casa se existem tantos vazios? Por que as pessoas são removidas para lugares tão periféricos e por que o poder público age tão rapidamente para despejar famílias que ocupam terras vazias? A maioria dos/das participantes nunca tinha tido acesso a essas informações, revelando a ineficiência ou desinteresse do poder público em divulgar esses dados.

Para divulgar esses resultados foi realizado ainda um segundo encontro de comunidades, onde os participantes receberam CD's com todos os mapas produzidos no primeiro encontro. Desse

segundo dia saíram encaminhamentos que ainda culminaram na realização de outros dois encontros, dessa vez organizados pelas próprias comunidades articulando-se junto à Frente de Luta por Moradia e portanto acompanhados pelo Lehab, que tiveram como desdobramentos, por exemplo, formações específicas em comunidades que compunham a Frente, e que foram facilitados por diferentes grupos de extensão que participaram dos encontros, como o CAJU, Escritório Frei Tito de Alencar, comprovando a importância dos Encontros de Comunidades para abrir um diálogo mais sistemático entre universidades, ONGs, movimentos sociais e os/as moradores/as de diversos bairros, contribuindo para o fortalecimento das demandas populares e amplificando a rede de contatos do Laboratório.

O OBSERVATÓRIO DAS REMOÇÕES DE FORTALEZA

As pesquisas desenvolvidas pelo LEHAB, assim como as ações de extensão em que nos envolvemos, mostram que Fortaleza é uma cidade onde se intensificam projetos que estão dissociados do planejamento urbano e que estão em consonância com as intenções do mercado imobiliário. São grandes projetos urbanos como o VLT, o Aquário, o Aldeia da Praia, além de operações urbanas consorciadas, dentre outros, que muitas vezes impõem a realização de remoções forçadas. Por conta disso, observa-se uma tendência à dinamização do circuito imobiliário e valorização especulativa do solo urbano, atingindo novas áreas da cidade e conduzindo à intensificação da disputa por terra urbanizada e bem localizada.

Com os desdobramentos do Encontro de Comunidades o LEHAB estabeleceu novas parcerias e também ganhou maior visibilidade. Isto permitiu com que se tomasse conhecimento de vários outros conflitos urbanos que muitas vezes são invisibilizados.

Desde então, dois fenômenos urbanos vem chamando a atenção da equipe do LEHAB por suas dimensões e por sua frequência: o surgimento de novas ocupações urbanas, e principalmente o grande número de denúncias de remoções forçadas, as quais aumentaram progressivamente nos últimos meses.

De acordo com o Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais da ONU, no Comentário Geral nº 7 ao direito à moradia adequada, contemplado no art. 11.1 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC), a expressão remoções forçadas tem por objetivo expressar um sentido de arbitrariedade e ilegalidade e é definida como:

a retirada definitiva ou temporária de indivíduos, famílias e/ou comunidades, contra a sua vontade, das casas e/ou das terras que ocupam, sem a disponibilização do, e o acesso a, formas adequadas de proteção de seus direitos. (Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais da ONU, no Comentário Geral nº 7 ao direito à moradia adequada, 1997)

Surge então a necessidade de investigar as ações realizadas pelo Estado e pelo mercado imobiliário como agente interessado nessas remoções. Da mesma forma busca-se identificar as ações alternativas dos movimentos sociais urbanos organizados, como as ocupações de vazios urbanos. Tudo isto com o intuito de entender, visibilizar e denunciar as causas, os efeitos e os agentes envolvidos nestes conflitos fundiários presentes na cidade, via de regra ocultos.

Nesta iniciativa, o Lehab se junta a entidades parceiras que trabalham com direito à moradia, como o escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), que também demonstra apreensão com relação ao número de denúncias que vem recebendo de

despejos violentos. Soma-se a isso a aproximação junto ao Projeto Observatório de Remoções desenvolvido pelo LabCidade e pelo LABHAB da Universidade de São Paulo, e pela UFABC. Assim, o laboratório decide atuar junto a esta problemática, dado o contexto propício para a criação de uma iniciativa semelhante em Fortaleza. Para tanto, se planejou para no curto prazo realizar algumas ações preliminares, tendo como objetivos:

1. contribuir com a sistematização de bases de dados vinculadas às remoções pretéritas a fim de recuperar historicamente esses processos;
2. sistematizar as informações disponíveis referentes às denúncias a respeito das remoções forçadas no município de Fortaleza;
3. registrar sistematicamente os projetos ou intervenções urbanas com potencial de gerar remoções, possibilitando a visualização da dimensão dos seus impactos;
4. Colaborar com a transparência dessas informações para estimular e qualificar as discussões a respeito do tema;
5. Analisar a abordagem dos casos de remoção nos diferentes meios de comunicação social;
6. Analisar os impactos das remoções na produção do espaço urbano de Fortaleza e também sobre as mudanças nos padrões de segregação socioterritorial no município;
7. Apoiar a articulação das comunidades ameaçadas e atingidas pelas remoções, facilitando a compreensão dos seus impactos e a defesa de seus direitos.

O Lehab estabeleceu três ações iniciais para poder entender melhor o contexto desses conflitos na cidade. A primeira delas seria o levantamento dos atendimentos realizados pelo EFTA considerando os casos de despejos ou ameaças de remoções, priorizando ações coletivas. Paralelamente, para entender como os movimentos sociais sofrem essas pressões e quais suas estratégias de atuação foram feitas visitas e entrevistas com os líderes de diferentes ocupações em Fortaleza, tendo em vista que eles exercem um movimento de resistência a todo esse processo. A terceira ação seria tentar fazer um levantamento de casos de remoção ou ocupação através dos meios de comunicação para também entender como a mídia trata desse assunto.

O primeiro passo foi sistematização dos dados do EFTA, escritório de direitos humanos sediado na Assembléia Legislativa com sede em Fortaleza onde atuam advogados populares recebendo denúncias de todo o Ceará. Foram disponibilizados os dados referentes aos atendimentos feitos entre anos de 2009 a 2016 os quais ocorreram em sua maioria em Fortaleza ou em municípios fronteiriços.

Os casos foram sistematizados em uma planilha eletrônica, que contém os seguintes dados: remoção ou ameaça; nome do atingido/comunidade; se pertence a algum movimento social; data da coleta da informação; localização na cidade / bairro; número de famílias atingidas; ano de início da ocupação; se houve ordem judicial e/ou administrativa; se houve violência psicológica e/ou física; propriedade do terreno; quem reivindicou a remoção; quem realizou a remoção; estágio da remoção e fonte.

Com os dados coletados na primeira fase do processo de pesquisa, partiu-se para a construção de mapas georreferenciados. As informações contidas nesses documentos dizem respeito à

localização dos núcleos ameaçados ou removidos e situação das remoções segundo os parâmetros estabelecidos previamente.

Posteriormente, essas localizações serão sobrepostas a outros mapeamentos reveladores das dinâmicas socioespaciais vinculadas aos diferentes agentes da produção social do espaço, de modo a estabelecer vínculos com outros projetos realizados pelo Lehab.

No que se refere às resistências, ainda de forma bastante incipiente foram visitadas três ocupações urbanas: Manuel Lisboa (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), Povo Sem Medo (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e Raízes da Praia (Movimento dos Conselhos Populares). Alguns fatores conduziram a esta seleção, como por exemplo, as particularidades das estratégias dos movimentos, a consolidação e tamanho das ocupações, a localização, entre outros.

Quanto à pesquisa sobre a vinculação desses conteúdos nos meios de comunicação ela aconteceu nesta etapa de construção da proposta do Observatório por meio virtual dos principais jornais locais, e em algumas mídias alternativas.

RESULTADOS PRELIMINARES DA CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DO OBSERVATÓRIO

Durante o período de 2009 a 2016 foram identificados 192 atendimentos feitos pelo Escritório Frei Tito, que tem como questão ameaças de despejo ou remoções forçadas. Porém apenas em 149 deles havia informações de localização na cidade suficientes para serem mapeados e assim melhor interpretados. Entretanto, este total já representa uma média de mais de 20 casos por ano, número bastante elevado que confirma a relevância com que essa problemática vem atingindo a cidade e suas comunidades.

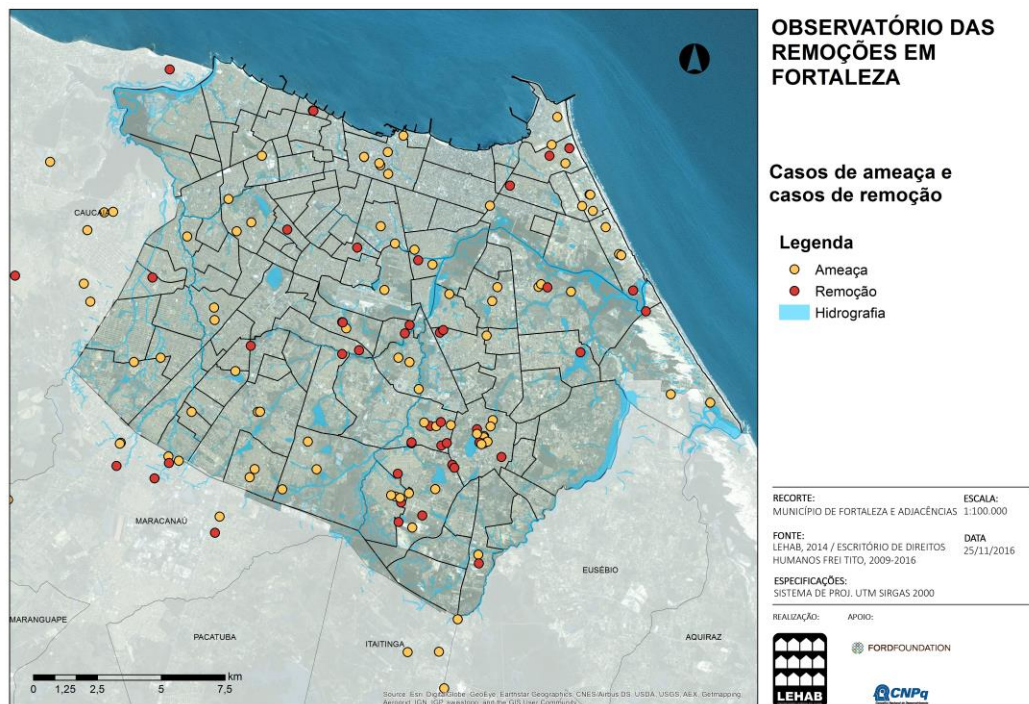


Figura 3 Atendimentos feitos pelo EFTA entre 2009 e 2016 referentes às ameaças de despejo ou remoções. (fonte: produzido pelo LEHAB,2015).

Também foram feitos cruzamentos dos casos mapeados com dados oficiais do poder público como o levantamento de assentamentos precários do PLHIS, denunciando a forte relação entre viver em assentamento precário e sua insegurança de posse. Da mesma forma, a relação com as transações imobiliárias, reveladas pelos dados do ITBI de 2009 a 2016, revela uma conexão direta entre as remoções e os interesses do setor imobiliário à medida que as estas se concentram nas regiões com o maior número de transações, notadamente na região sudeste da cidade, estruturada por significativo vetor de expansão imobiliária.

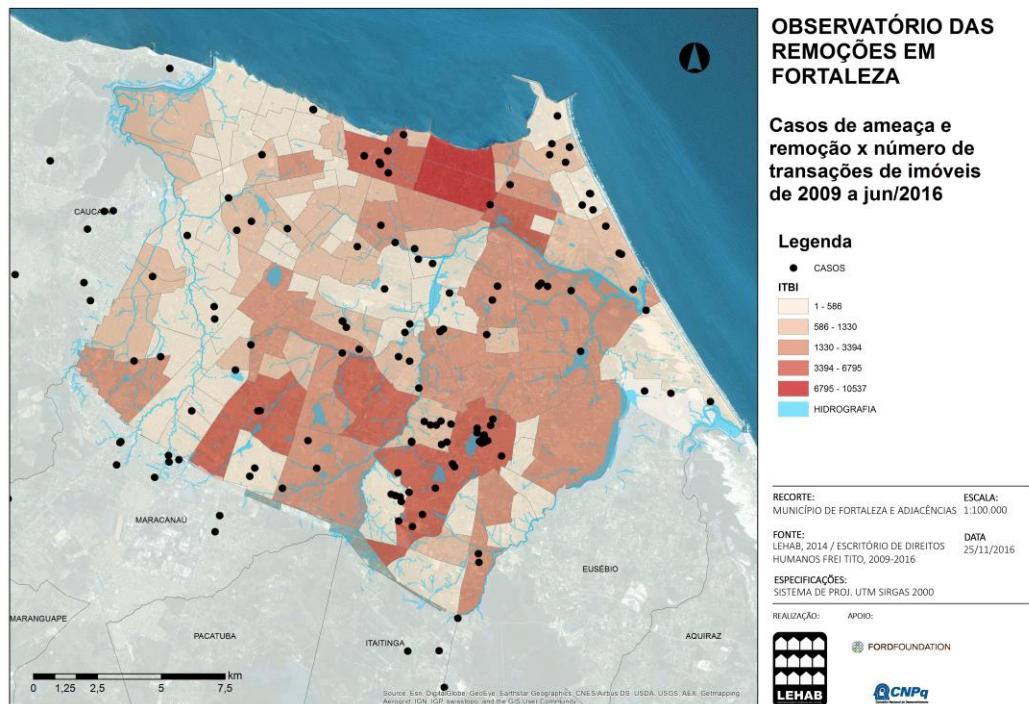


Figura 4 Cruzamento dos casos de ameaças ou remoções levantados no EFTA com dados do ITBI de 2009 a jun/2016. (fonte: produzido pelo LEHAB, 2015).

Análises ainda bastante preliminares do material geostatístico até aqui produzido apontam que somente cerca de 39% dos casos mapeados de despejo tiveram ordem judicial clara, e o que é mais grave, que em 45% deles houve algum tipo de violência. Importante relatar também que apenas 13 dos 149 casos especializados tem algum apoio de movimento social ou associação comunitária, o que pode significar uma baixa articulação de ocupações em Fortaleza.

Vale apontar que nos relatórios analisados, há falta de informação em alguns períodos, principalmente no que se refere ao endereço ou bairro, o que é fundamental para o mapeamento. Além disso houve descontinuidade na coleta de informações, já que nem todos os atendimentos referentes a todos os meses do ano foram inseridos nos relatórios anuais. Entretanto, dada a intensidade dos casos relatados, reconhecemos a validade científica das informações contidas nos relatórios com vistas aos propósitos desta ação, assim como no sentido de contribuir com o EFTA em seu processo de sistematização e armazenamento dos dados para melhorar a atuação do escritório.

Quanto às entrevistas realizadas com as três ocupações selecionadas, podemos identificar algumas especificidades dos movimentos.

O MTST se reconhece como um movimento de massa, mas que “não é um movimento de moradia”, que é capaz de mobilizar uma grande quantidade de pessoas. Suas atuações em Fortaleza tem se configurado por grandes ocupações em bairros periféricos, a exemplo da ocupação visitada, Povo sem Medo, iniciada em maio de 2016, no região do Grande Bom Jardim, bairro da periferia sudoeste de Fortaleza. Na entrevista com suas lideranças foram relatados

situações anteriores de ocupação na cidade pelo mesmo movimento as quais que foram violentamente reprimidas.

Outra dimensão da violência a ser considerada, é a sua movimentação na cidade como um fator importante para a articulação das ocupações. No de 2010, por exemplo, os riscos trazidos pelos altos índices de violência em Fortaleza foram considerados pontos importantes para o movimento que impossibilitaram o sucesso das tentativas de ocupação.

(...) há seis anos atrás, e aí nós tínhamos uma preocupação, a principal preocupação era a movimentação da violência da cidade, então todo o nosso debate era em cima da violência, quem ditava a movimentação que a gente ia fazer na cidade nessa época era a violência, inclusive porque quando a gente vem construir o coletivo estadual, foi o ano em que Fortaleza teve uma explosão na violência. (Entrevista realizada pelo LEHAB com membro do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em setembro de 2016)

A estratégia adotada pelo MTST é direcionada para a ocupação de terrenos mais periféricos, a exemplo da ocupação visitada, onde há carência de infraestrutura e moradias em condições precárias. O objetivo do movimento não é a ocupação de grandes áreas centrais por entender que os bairros mais periféricos podem receber intervenções do Estado quanto a obras de infraestrutura.

A ocupação Manoel Lisboa realizada pelo Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB) conta com cerca de 150 famílias que ocuparam uma antiga escola no centro da cidade em julho de 2016. A atuação do MLB em Fortaleza tem priorizado a ocupação de prédios públicos vazios ou subutilizados no Centro da cidade, com o intuito de pressionar o poder público à garantir moradias. Seus líderes todavia apontam que não se pretende necessariamente permanecer no centro.

Já o Movimento dos Conselhos Populares prioriza ocupações de menor porte e que reivindiquem a obtenção de moradia no local ocupado, como eles dizem, “a construção de comunidades”. Visitamos a ocupação Raízes da Praia, que conta com 84 famílias que já ocupam um terreno na Praia do Futuro há 7 anos. O movimento atua em diferentes regiões da cidade, não tendo uma estratégia que envolva a condição do terreno quanto à propriedade pública ou privada, a idéia é criar comunidade resistentes e que se identifiquem com o local de ocupação. Eles já estão em uma área que sofre pressões do mercado imobiliário e turístico e enfrentam atualmente um desafio para sua regularização fundiária, pois o dono de um terreno que representa parte da comunidade tinha pedido ação de reintegração de posse.

Quanto ao levantamento de notícias nos meio de comunicação ainda não é possível traçar resultados tão determinantes, pois ainda falta acesso a mais bases de dados, mas pelo levantamento inicial feito pela equipe do Observatório pode-se verificar que esses temas não são tratados abertamente nos meios de comunicação tradicionais. Até aqui não foi encontrada nenhuma matéria significativa que tratasse das ocupações que ocorrem em 2016, e muito menos alguma que trate da enorme quantidade de despejos realizados.

Considerando outras questões já investigadas, o Lehab já vem realizando contatos com coletivos de estudantes de jornalismo e cinema, de modo a construir formas alternativas de disseminar o

problema enquanto questão que atinge o dia a dia de milhares de pessoas, assim como de buscar entender o porque da forma estanque e velada com que a imprensa tradicional trata deste tema.

PRÓXIMOS PASSOS

Quanto ao levantamento de casos de remoção, a próxima fase será de sistematização dos casos do Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Ceará. Logo em seguida também será investigado se existe algum registro ou mapeamento de despejos por parte do poder público através de órgãos associados ao problema da habitação (HABITAFOR) e as Secretarias Regionais. Pretende-se ainda aprofundar análises de modo a compreender se a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiental (SEUMA) tem controle sobre as remoções que os projetos urbanos têm causado.

Quanto às resistências que se expressam através das ocupações, ainda é preciso compreender melhor o próprio conceito de resistência e buscar como representar e identificar outras formas de sua expressão vinculadas ao direito a moradia na cidade.

Esses mapeamentos ainda devem ser organizados em uma plataforma colaborativa para que, a exemplo do Observatório das Remoções de São Paulo, possam constituir uma plataforma interativa onde os visitantes possam indicar novos casos e inserir informações correspondentes a um mesmo quadro de variáveis.

CONCLUSÃO

Observando o percurso percorrido pelo LEHAB até aqui, fica nítido que a participação direta nestes processos enriquece, complexifica e aproxima nossas análises da realidade, além de, claro, contribuir para o fortalecimento de comunidades e movimentos[1].

O que estava previsto inicialmente foi se modificando a partir dessa interlocução com o real. Para além do estudo de legislações, projetos, atas de reuniões e audiências, a atuação direta, crítica e propositiva nos espaços de diálogo em que os conflitos urbanos se exacerbam nos permite maior apreensão da realidade, na mesma medida em que nos implica na transformação da mesma.

Os seus desdobramentos também vão neste sentido. O laboratório, enquanto ambiente de pesquisa-ação, exercita cotidianamente a leitura da cidade a partir de um olhar mais global, que considera os diretamente atingidos pelos processos em curso na cidade como protagonistas na construção de um outro modelo de desenvolvimento urbano.

Chegamos à constatação de que as experiências participativas no Brasil, mesmo mundialmente reconhecidas (Conferências, Conselhos, Audiências...), permanecem na periferia do sistema, afetando pontualmente uma ou outra política social, a depender da vontade política dos governos e/ou do poder de pressão da sociedade organizada. Acabam também legitimando quem está no poder. Assim, ressaltamos a prioridade que deve haver nas ações autônomas e críticas junto à sociedade civil, para sua sensibilização e capacitação.

Em meio a todos os problemas de moradia que já existem, à ausência de respostas dos governos e à multiplicação das remoções violentas, o LEHAB na sua dinâmica não vai ter agora que estudar novos conjuntos habitacionais, por exemplo. A prática de uma pesquisa-ação fomenta análises que

demandam reflexões, registros, sistematizações, que permitam a compreensão dos problemas urbanos na sua complexidade e interdependência.

A proposta é que continuemos a olhar para as remoções recentes e estabelecer suas conexões com os processos de financeirização da cidade; olhar para os processos de planejamento em curso e construir uma contra-narrativa na perspectiva da visibilização e exigibilidade do Direito à Cidade.

Diante das diversas crises que enfrentamos atualmente, e da perspectiva cada vez mais concreta da piora das condições de disputa por um outro modelo de cidade, nosso caminho enquanto Laboratório daqui pra frente indica ser o do aprofundamento dos estudos e análises com vistas ao enfrentamento dos discursos estabelecidos, da articulação com outras universidades e assessorias e, principalmente, do desvelamento dos agentes e dos processos que, sob o discurso do interesse público, da dificuldade de acesso a recursos e da velocidade exigida em nome da competitividade entre as cidades, abre caminhos para parcerias públicos privadas sem controle social e que acirram a concentração de riquezas e de poder nas mãos dos segmentos do capital imobiliário.

REFERÊNCIAS

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005. 120p.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular, 2015. 112p.

NAÇÕES UNIDAS. Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. General Comment No. 7: **The right to adequate housing (Art.11.1): forced Evictions**, 20 de Maio de 1997, E/1998/22, página 2.

NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, 16 de dezembro de 1966.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 6ª edição. São Paulo: Loyola, 2014, 141p.